

Boletim CRIPER

MARÇO 2020



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br



AGENDA

APEOESP

Março

14

Reunião Ordinária de RR

Dia de Marielle Vive

17 e 18

Vigília em Defesa da Vida no Hospital do Servidor

18

Greve Geral da Educação Pública

Reunião do CER

Assembleia, 14 horas (Praça da República)

Ato unificado do funcionalismo no vão-livre do MASP

Abril

04

Reunião Ordinária de RR

Maio

01

Dia do Trabalhador – Ato unificado das centrais sindicais

CUT

Março

14

2 anos do assassinato de Marielle Franco: Ato, 17 horas na avenida Paulista

18

Dia Nacional de Luta em defesa dos Servidores e dos Serviços Públicos

Maio

01

Dia do Trabalhador – Ato unificado das centrais sindicais

CNTE

Março

18

Greve Geral da Educação Pública

26 e 27

Reunião do CNE/ CNTE

Ano de 2020 se inicia com os professores mobilizados: Não nos dobrarão!

O ano de 2020 se inicia com a indignação e a luta da categoria contra as ações autoritárias e privatizantes do governo João Doria (Bolsodoria).

A vergonhosa aprovação da reforma da Previdência

Doria agiu de forma truculenta, usando tropa de choque e bombas de gás, cassetetes e balas de borracha, além do “convencimento” de deputados estaduais, para aprovar uma proposta de reforma de Previdência que inviabiliza a possibilidade de uma aposentadoria digna dos servidores públicos estaduais.

Como sucessivos governadores tucanos no estado de São Paulo, Doria privilegia os interesses de grandes grupos econômicos. A previsão oficial de renúncia fiscal durante os quatro anos da gestão João Doria é de R\$ 82,9 bilhões com isenção de ICMS, ao mesmo tempo em que o governo do PSDB sucateia os serviços públicos, não paga o piso salarial para os professores, abandona as escolas públicas, mantém classes superlotadas, fecha o noturno e realiza tantos outros ataques, tudo isso no estado mais rico da federação.

É preciso destacar que mesmo com a manobra orquestrada pelo presidente da Assembleia Legislativa (Alesp), deputado estadual Cauê Macris (PSDB), antecipando a votação do Projeto de Emenda Constitucional 18/2019 (PEC

18/2019) para as 9h da manhã do dia 03 de março, não conseguiu impedir a forte mobilização da APEOESP e demais entidades dos servidores, que demonstraram unidade e capacidade de luta.

Toda luta vale a pena

Estão de parabéns todas as professoras e professores que superlotaram a Alesp naquela data, assim como se mobilizaram intensamente desde que os projetos de reforma da Previdência deram entrada naquela Casa. Esse mesmo espírito de luta será necessário daqui por diante, em defesa da nossa carreira e pela valorização da nossa profissão, porque os ataques não param.

É importante registrar a iniciativa da presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebel, que conseguiu articular a mobilização constante com amplos setores, para além dos servidores públicos, como o movimento estudantil, movimentos sociais e outros setores do movimento sindical, dando alcance social mais amplo para uma luta que não se restringe aos professores e demais servidores públicos estaduais, pois afeta os serviços públicos, em especial as áreas sociais, que atendem à população que mais precisa.

No Boletim APEOESP Informa Urgente 25 foi publicada a relação de todos os deputados estaduais que votaram a favor da PEC 18 (Reforma da Previdência). É importante que todas as subsedes e os professores, em conjunto com outros setores do funcionalismo

público estadual, denunciem nas suas regiões estes deputados, utilizando todos os recursos possíveis para que os mesmos não sejam reeleitos.

Tabela progressiva

Ao final, a reforma foi aprovada por apenas dois votos além do mínimo necessário, inclusive com o voto do presidente da Alesp. Apesar disso, ficou demonstrado que toda luta vale a pena, porque a tabela final de contribuições terminou por adotar o princípio da progressividade, com cada servidor pagando faixas de contribuição (de 11% a 16%) aplicadas sobre cada faixa de valor em seus salários.

Assim, quem ganha até 1 salário mínimo, pagará 11%. Quem ganha entre 1 salário mínimo e R\$ 3.000,00, pagará 12%; de R\$ 3.000,01 até o teto do RGPS (R\$ 6.101,06), 14%; quem ganha acima do teto do RGPS, 16%. Deixamos claro que somos contra qualquer aumento de alíquota, mas a progressividade reduz o impacto do aumento sobre os salários mais baixos.

Ressalte-se que a deputada Janaina Paschoal e outros deputados ligados a Doria tentaram manobrar para que as alíquotas fossem escalonadas, ou seja, cada servidor pagaria a alíquota cheia de acordo com seu salário, mas uma intervenção da deputada Professora Bebel obrigou a Presidência da Casa a esclarecer que eram alíquotas progressivas.

Esclarecer a categoria em todas as regiões

Utilizando os materiais que serão encaminhados pela Sede Central, as subsedes devem organizar atividades para explicar os impactos da reforma da previdência para as professoras e os professores, informando-as à Sede Central (presiden@apeoesp.org.br).

Contra a política de subsídio de Doria

A aprovação da PEC 18/2019 abriu caminho para alteração do Plano de Carreira do Magistério com a transformação de salários em subsídio, acabando com vantagens pecuniárias como o quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio, Adicional de Local de Exercício (ALE), Adicional de Trabalho Noturno, entre outros.

Debater a greve por tempo indeterminado

Frente a mais esse ataque, as reuniões de Representantes devem debater a proposta, encaminhada pela Diretoria Estadual Colegiada, da deflagração da greve por tempo indeterminado, tão logo o projeto de “nova carreira” do governo Doria dê entrada na Assembleia Legislativa.

Mobilização desde já!

As subsedes devem também preparar-se para manter permanentes caravanas na Alesp, em sistema de rodízio, para pressionar e dialogar com os deputados para que não aprovelem essa proposta de carreira.

Os Representantes também devem definir um plano de ação em cada região, organizando intensas visitas às escolas, para denunciar e esclarecer a categoria sobre o conteúdo da reforma da previdência, como ela afeta cada um e cada uma, mas também para esclarecer

o que vamos perder com o engodo da “nova carreira” e a necessidade de ampla e forte mobilização para derrotá-la. Para tanto, devem ser utilizados todos os materiais que serão distribuídos pela Sede Central.

Esse trabalho de visita às escolas também deve ter o **objetivo primordial de construir um dia de forte greve em 18 de março**, com a realização de uma gigantesca assembleia e um ato público unificado que façam com que esse dia seja um marco na história do Estado de São Paulo.

Pela democracia e liberdade de organização

Diante da escalada autoritária dos governos Bolsonaro e Doria, nossa mobilização também é em defesa das liberdades democráticas, incluindo, naturalmente, a liberdade de organização e atuação sindical, constantemente atacada pelo governo do Estado. Tem havido casos recorrentes de processos disciplinares contra professores atuantes na defesa da categoria e pela primeira vez em muitos anos vêm sendo negadas autorizações para reposições de aulas em decorrência de paralisações, assim como, de forma inédita, não obtivemos dispensa de ponto de um dia quando da realização de nossa VII Conferência Estadual de Educação e XXVI Congresso Estadual da APEOESP.

Bagunça no processo de Atribuição de Aulas

Autoritarismo e incompetência foram a marca do processo de atribuição de aulas deste ano. Foi um processo atabalhado, prejudicando os direitos dos professores. O governo publicou a Portaria 6/2019, estabelecendo a ilegal ponderação da pontuação dos professores de acordo com a jornada de trabalho e faixa diferenciada para professores

em acúmulo de cargo e função. Derrubamos esta portaria na Justiça. Depois, o governo editou a Resolução SE 71/2019, regulando a atribuição de aulas, e a Resolução SE 72/2019, a qual estabelecia a fixação de ATPCS, agora somente por áreas do conhecimento, em dias fixos, inclusive no noturno, dificultando ou impedindo acúmulo de cargos e funções e a própria organização da jornada dos professores. Esta Resolução foi alterada em parte após pressão da APEOESP, mantendo inalterada a jornada do noturno, como era em 2019.

Embora o secretário da Educação tenha concordado em flexibilizar o ATPC, pelo menos nos casos de acúmulo e semelhantes, o fato é que permaneceram sucessivos problemas que a APEOESP agiu sempre para resolver junto à SEDUC. Mas a questão central é que não concordamos com esse engessamento do ATPC em um único dia e continuamos lutando para que as escolas decidam sobre dias e horários, com flexibilidade.

Na atribuição de aulas dos professores da categoria O, a irresponsabilidade e o tumulto causados pela SEDUC foi ainda maior. Pontuações erradas ou inexistentes mexeram profundamente com a vida desses professores, que já são mal remunerados e sem direitos. A APEOESP atuou prontamente junto à SEDUC e em todas as regiões do Estado, fazendo com que fosse ampliado o prazo para recursos e, depois, o próprio processo de atribuição.

Diário Digital: após pressão da APEOESP governo recua

De forma unilateral, o governo impôs aos professores, por meio da Resolução SE 16, de 31/01/2020, a obrigação de preencher todas as informações no Diário Digital,

acabando com o diário de classe impresso. Todavia, as escolas não possuem estrutura adequada para oferecer suporte para os professores cumprirem mais esta tarefa. Soma-se a isso o fato de não aplicar a jornada do piso.

A APEOESP denunciou mais essa medida autoritária do governo Doria, levando a SEDUC a suspender da obrigatoriedade compulsória durante este ano letivo, período no qual os professores poderão optar pelo uso do diário digital ou não. Somente em 2021, existindo as condições objetivas (equipamentos e banda larga nas escolas) haverá a obrigatoriedade. A APEOESP vai continuar exigindo que essas condições sejam cumpridas estritamente, sem o que nenhuma tarefa que exija suporte digital poderá ser cumprida pelos professores. Solicitamos que onde houver problemas informem à Sede Central (presiden@apeoesp.org.br).

Concurso de Remoção: APEOESP conquista liminar

Mais autoritarismo da SEDUC no processo de remoção de docentes. Após enrolar durante todo ano de 2019 sobre a abertura do concurso de remoção, a SEDUC publicou Comunicado CGRH 2/2020 normatizando os critérios e prazos. Todavia, a APEOESP teve que ir à Justiça para garantir a lisura e justiça

no processo, conquistando liminar que determinou à SEDUC:

“1. Abster-se de coletar as aulas dos professores que, embora efetivos, estejam designados para ocupar cargos em comissão e/ou funções, tais como Diretor de Escola, Vice Diretor, Professor Coordenador, entre outros;

2. Abster-se de coletar as aulas excedentes dos docentes P, N e F”.

A luta pela continuidade do FUNDEB é de todos nós

A lei que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – Lei nº 11.494, 20 de junho de 2007 – no seu artigo 48 define que “os Fundos terão vigência até 31 de dezembro de 2020.”

Os recursos do FUNDEB representam cerca de 60% dos recursos investidos na educação básica, afetando sobretudo os Municípios. Sua implementação vem possibilitando, por exemplo, a garantia do piso salarial nacional (que o Governo do Estado de São Paulo não cumpre). O eventual fim do FUNDEB representará a derrocada final da nossa escola pública. Está em tramitação no Congresso Nacional a PEC 1515/2015, em vias de ser votada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que torna o FUNDEB permanente. Porém, o governo

Bolsonaro vem agindo para esvaziá-lo totalmente, reduzindo, por exemplo, a complementação da União e outros pontos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também atua para eliminar a vinculação de verbas para a educação, bem como para a saúde.

A APEOESP, em conjunto com a CNTE, a CUT e outras entidades da sociedade civil e movimentos sociais está empenhada na luta para garantir a continuidade do FUNDEB em prol da escola pública, organizando atividades, buscando divulgar nossas posições na mídia local e participando das atividades do Sindicato. O dia 18 de março, dia nacional de greve da educação, terá o FUNDEB como um dos pontos centrais da pauta de mobilização.

A APEOESP também apoia e participa do Fórum Estadual pelo FUNDEB Permanente e Vinculação de Recursos para a Educação, criado no âmbito da Alesp por iniciativa da deputada Professora Bebel, também presidenta do nosso Sindicato.

Obviamente, é sempre importante lembrar: nossas lutas em nível estadual estão interligadas com as lutas da classe trabalhadora em nível nacional. Assim, além da luta pelo FUNDEB permanente, devemos estar atentos, denunciando e combatendo a proposta de reforma administrativa de Bolsonaro, que, entre outros pontos, ataca a estabilidade dos servidores públicos e abrirá as portas para novas investidas do governo Doria contra nossos direitos.

Ano de 2019 consolidou o golpe

O ano de 2019, com a posse do governo Bolsonaro, do governador João Doria (Bolsodoria) no estado de São Paulo, assim como vários governadores de ultradireita e deputados federais, senadores e deputados estaduais com o mesmo

perfil, reforçou a pauta autoritária e de privatizações, aumentando a exclusão social, o clima de insegurança e falta de liberdade no país, abalando a frágil e recente democracia construída com muita luta no período pós-ditadura militar.

A implantação da política de desmonte do Estado brasileiro teve início no governo golpista de Michel Temer com a aprovação da PEC 95, que congelou por 20 anos os investimentos nas áreas sociais; além da reforma do ensino médio,

retomando a dicotomia entre escolas para pobres, com menos conteúdo, e escolas para ricos, com todos os conteúdos e preparação dos novos líderes do sistema. A reforma trabalhista precarizou ainda mais as condições salariais e de vida da classe trabalhadora no Brasil, retirando direitos básicos para atender aos interesses empresariais. Ao mesmo tempo, a mudança no marco regulatório do petróleo, entregando toda a riqueza do pré-sal para multinacionais estrangeiras e acabando com o Fundo do Pré-sal, impediu novos investimentos para a educação e saúde, além de comprometer a soberania nacional e a possibilidade de um futuro mais promissor para o país.

A aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional resultou da ação articulada de líderes partidários que defendem a pauta de reformas neoliberais. Para estes deputados do chamado centrão, a pauta ideológica não constitui prioridade, pois sabem que divide a base governista e atrapalha a aprovação da pauta econômica, esta sim prioritária. São projetos que retiram do Estado e entregam para a iniciativa privada o controle de serviços e do patrimônio, além de outros que buscam retirar direitos dos servidores públicos, como a Reforma Administrativa.

Conflitos na base de apoio

Desta forma, apesar da maioria do Congresso Nacional defender uma pauta neoliberal, os inúmeros interesses em jogo dentre os diversos grupos políticos deste campo dificultam a aprovação de projetos polêmicos. Para as forças democráticas, em especial o campo popular, que não possuem maioria de representação no parlamento, é

importante explorar as contradições e ambivalências existentes para evitar a aprovação de projetos prejudiciais aos trabalhadores e trabalhadoras. Nunca é demais lembrar que tais movimentos táticos só terão chances de sucesso com ampla pressão social.

Agravamento da crise e avanços autoritários

Neste momento, uma crise econômica mundial, decorrente de fatores estruturais do capitalismo e também a pandemia do coronavírus, traz novas dificuldades para a economia brasileira. O crescimento pífio do PIB, de 1,1%, frustrou os apoiadores de Bolsonaro e deverá trazer mais desemprego e miséria. Todas as agências econômicas, inclusive, estão revisando para baixo as futuras projeções de crescimento do PIB.

Bolsonaro, demonstrando seu extremismo e despreparo, além de não conseguir tomar as rédeas da condução econômica (levada a cabo por Paulo Guedes com todas as gravíssimas consequências que estamos vivendo) protagoniza episódios nos quais investe na confrontação, trazendo ainda mais insegurança e tensão às relações políticas e institucionais.

Primeiro, convocou pessoalmente a manifestação contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal para 15 de março. Agora, afirma de forma totalmente irresponsável que houve fraude nas eleições de 2018, que teria vencido no primeiro turno. Analistas interpretam essas colocações não apenas como arroubos insensatos, mas como sinalizações do Bolsonaro para sua base social, que historicamente rejeita a política e as instituições. Alimenta, assim, o sonho autoritário de determinados setores sociais que fazem parte de seu espectro de apoio.

Educação lidera movimentos de resistência no primeiro ano do governo Bolsonaro

O primeiro ano do governo Bolsonaro, coerente com o discurso de ódio e antipopular, não abandonou a disputa eleitoral e não assumiu a responsabilidade pela crise causada pelas políticas decorrentes do corte de investimentos, em especial na área social e responsabilizando as gestões passadas pelas suas políticas desastrosas. Todavia, os professores e demais movimentos sociais e sindical não permaneceram calados.

A partir de uma proposta de calendário apresentada pela APEOESP no início de 2019 e referendada em assembleia dos professores no dia 22 de março daquele ano, o dia 15 de maio foi viabilizado pela CNTE e assumido por centrais sindicais e frentes de movimentos sociais como Greve Nacional da Educação. Naquela ocasião, o anúncio do corte de verbas da educação pelo ministro Abraham Weintraub provocou uma onda de indignação na sociedade. Assim, o dia 15 de maio, cuja organização em São Paulo se deu na sede da APEOESP, levou às ruas milhões de pessoas em todo o Brasil.

Neste processo, o Dia Internacional da Mulher em 2019 também foi uma impressionante demonstração da disposição de luta das mulheres, rejeitando o caráter autoritário, machista e misógeno do governo Bolsonaro, com grande participação das professoras filiadas à APEOESP. Essa mobilização prosseguiu em 2020. Apesar da forte chuva que caiu no domingo deste 8 de março as mulheres novamente saíram às ruas, lotando a avenida Paulista, além de realizarem outras manifestações em todo o estado de São Paulo.

A mobilização prosseguiu no dia 30 de maio de 2019 e em outras atividades e manifestações ao longo do ano, sempre contando com papel destacado da APEOESP, por exemplo, na greve geral de 14 de junho e no dia nacional de luta em 13 de agosto.

Em 2020, novamente, a APEOESP aponta o caminho, por meio da aprovação no XXVI Congresso Estadual da entidade, em fevereiro, de um Plano de Lutas abrangente, que combina nossas lutas específicas, a defesa da educação pública, da democracia e dos direitos, apontando para a mobilização unitária dos servidores públicos e dos trabalhadores em nível estadual e nacional.

O primeiro grande momento,

a partir de iniciativa da CNTE, que contou com participação ativa da APEOESP, é o dia 18 de março, agora amplificado para todos os setores da sociedade. Nesse momento em que discutimos em nossa categoria a possibilidade de deflagração da greve por tempo indeterminado, estamos preparando o caminho para a greve estadual da educação e do funcionalismo público, rumo à greve nacional da educação e à greve geral de toda a classe trabalhadora.

IAMSPE

O Iamspe precisa de olhar mais atento por parte do governo do Estado. Precisa da contrapartida do governo (mesma parcela da nossa contribuição); da ampliação

da rede conveniada, permitindo o atendimento da demanda do funcionalismo; é urgente a realização de concurso público para suprir as lacunas que são visíveis no interior do HSPE. É fundamental que as direções dos Ceamas sejam escolhidas entre funcionários de carreira, com pessoas que conheçam os nossos problemas e necessidades, e não por apadrinhamento político. O Iamspe precisa de uma gestão que privilegie a humanização do Instituto e não apenas a frieza de números; precisa de uma gestão eficiente que vá além das promessas.

Participem da vigília em “Defesa da Vida”. Nos dias 17 e 18 próximos, em frente ao Hospital do Servidor – avenida Ibirapuera, 981.

Eixos, campanhas e encaminhamentos:

Em defesa da democracia, justiça, liberdade e dos direitos da classe trabalhadora

- Pela liberdade de organização sindical e popular. Garantia de dispensa de ponto para as reuniões de CER, Congressos e demais atividades sindicais.
- Pela garantia de reposição de aulas nas paralisações e greves.
- Contra a criminalização dos movimentos sociais.
- Contra a censura e a perseguição a jornalistas, artistas, intelectuais, escritores e professores. Contra a farsa da “escola sem partido”.
- Pela readmissão de professores demitidos por razões políticas.
- Não ao assédio moral.

Respeito à diversidade e direitos individuais.

- Pela promoção da igualdade racial e de gênero.
- Não a qualquer tipo de discriminação e preconceito.

- Pela educação sexual nas escolas. Não ao discurso hipócrita e machista do Governo Bolsonaro e seus aliados, que pregam a abstinência sexual a pretexto de combater a gravidez precoce.
- Fim da política de genocídio da população negra e periférica.
- Pela vida das mulheres. Não ao feminicídio e à violência contra as mulheres.
- Por uma política de promoção dos direitos da juventude.
- Contra a política de ódio de Bolsodoria: livros sim, armas não!

Em defesa dos direitos da classe trabalhadora

- Revogação da reforma trabalhista e todas as leis que atacam os direitos da classe trabalhadora.
- Pela revogação da Emenda Constitucional 95.
- Pela garantia de direitos previdenciários a toda a classe trabalhadora.

- Por uma política de geração de emprego e renda. Fim da precarização das relações trabalhistas e da política de subemprego.
- Não à reforma administrativa de Bolsonaro.

Em defesa da escola pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva, com qualidade socialmente referenciada

- Contra o autoritarismo do Governo Doeria e da SEDUC.
- Flexibilidade na organização dos horários dos ATPCs. Reeditar Comunicado CGRH/CGEB de 2014 que permite a realização de ATPCs individuais.
- Pelo cumprimento da Constituição, LDB, Estatuto do Magistério e demais legislações que garantem gestão democrática e autonomia das escolas para definir e implementar o projeto político-pedagógico.

- Pela retomada do debate curricular na rede estadual de ensino.
- Pela garantia da liberdade de cátedra dos professores.
- Pelo fortalecimento dos Conselhos de Escola, de acordo com a LDB e a LC 444/85 (Estatuto do Magistério).
- Por melhores condições de trabalho:
 - Não ao fechamento de escolas e classes.
 - Reabertura de classes fechadas. Reabertura das classes no noturno, ensino regular e EJA.
 - Número máximo de 25 estudantes por classe.
 - Recomposição imediata do quadro de funcionários, inclusive como forma de prevenção à violência nas escolas.
- Que o Estado garanta a todos os professores o acesso a equipamentos digitais, conexão à internet e demais insumos tecnológicos.
- Realizar campanha pelo FUNDEB permanente e ampliação dos recursos para a educação básica pública.
- Contra a privatização da educação pública no Estado de São Paulo.
- Contra a militarização das escolas públicas.
- Implementação integral do Plano Estadual de Educação

Valorização salarial e profissional e carreira justa para o magistério

- Pelo cumprimento da lei do

piso, com o reajuste imediato de 29,25% (relativos aos reajustes do PSPN de 2017, 2019 e 2020) rumo a uma carreira justa para o magistério, que valorize os professores desde o ingresso até a aposentadoria.

A APEOESP reeditará o caderno sobre a carreira, atualizado, para debate com a categoria.

- Contra a proposta de pagamento por subsídio do Governo Doria.
- Pela implementação da Jornada do Piso (no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades extraclasse).

Pela garantia de direitos aos professores da categoria O

- Trabalho igual, salário igual.
- Pelo cumprimento da Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação – nova lei para contratação de professores temporários, com equiparação de direitos com os efetivos.
- Pela garantia de atendimento no IAMSPE para os professores da categoria O

Saúde pública de qualidade para todas e todos

- Defesa e fortalecimento do Sistema Único de Saúde
- Pelo fortalecimento do IAMSPE. Que o Governo pague sua contrapartida de 2% para o Instituto.
- O IAMSPE deve ser gerido pelos servidores, que o sustentam

financeiramente. Queremos Conselhos de Administração e Fiscal paritários, democráticos e transparentes.

Encaminhamentos:

- Preparar a greve do dia 18/03, fechando todas as escolas e organizar a participação de todos na assembleia na praça da República às 14 horas.
- Participar do Ato público unificado do funcionalismo público, centrais sindicais, juventude, sindicatos e movimentos sociais;
- Debater iniciar greve por tempo indeterminado;
- Operação caça Doria por todo estado;
- Organizar caravanas de todas as regiões do estado para a Alesp pressionando os deputados estaduais para que votem contra a proposta de “nova carreira”, transformando a carreira do magistério em subsídio (divulgaremos calendário das visitas das subsedes);
- As subsedes devem organizar atividades de esclarecimento sobre o impacto da Reforma da Previdência no magistério. Está sendo encaminhado material para todas as subsedes;
- Pressionar os deputados federais que tiveram votos na sua região, em especial, para que votem favoráveis à aprovação da PEC 15 por um FUNDEB permanente.

FILIE-SE À APEOESP

